



HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO
DA ILHA TERCEIRA

Fornecimento de Sistema de Atendimento ao Utente do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

CADERNO DE ENCARGOS
AD Nº 48/0001/2022



Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas referentes à aquisição de sistema de atendimento ao utente, permitindo uma melhor gestão da afluência dos utentes aos balcões administrativos e dos fluxos de atendimento nas diversas áreas clínicas afetas à consulta externa do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, de acordo com as especificações técnicas constantes do **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Preço base

O preço base do procedimento é de € 32.500,00 (s/IVA).

Cláusula 3.ª

Contrato

1.O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2.O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) O presente Caderno de Encargos;
- b) A proposta adjudicada;
- c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

5. Além dos documentos indicados no nº 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª

Validade do contrato

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão de todas as prestações objeto do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a)- Obrigação de implementação da solução apresentada na proposta adjudicada;
- b)- Obrigação de assegurar a garantia do software pelo prazo legalmente admissível;



- c)- Obrigação de assegurar a instalação e parametrização de todas as funcionalidades da solução adjudicada;
- d)- Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- e)- Obrigação de garantir os bens nos termos legais, responsabilizando-se relativamente à qualidade e substituição em caso de defeito;
- f)- Obrigação de prestação de formação aos respetivos utilizadores;
- g)- Comunicar qualquer situação de:
 - i. Impossibilidade temporária de fornecimento;
 - ii. Impossibilidade legal de fornecimento;
 - iii. Substituição de produtos;
 - iv. Descontinuidade definitiva de produtos.
- h)- Comunicar no prazo máximo de 10 (dez) dias quaisquer alterações ao pacto social;
- i)- Manter atualizado o endereço da sede social;
- j)- Informar de qualquer facto que possa impossibilitar, total ou parcialmente, o cumprimento das obrigações contratuais a que está adstrito e que possam comprometer a boa execução do contrato de fornecimento.

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

O fornecedor obriga-se a recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e/ou informáticos que sejam necessários à implementação da solução adjudicada.

Cláusula 7.ª

Garantia

1- Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo estabelecido na proposta adjudicada, que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

2- São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.

Cláusula 8.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário os encargos decorrentes da utilização, no fornecimento em causa, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.



2. O adjudicatário é responsável pela violação de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes a bens e aos serviços objeto do contrato, nomeadamente projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais documentação ou trabalhos realizados.

3. O adjudicatário é responsável por qualquer reclamação formulada perante o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER e, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do adjudicatário na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que neste âmbito se coloquem.

4. O adjudicatário responde, independentemente de culpa, pelos danos que sejam imputados ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER e que se produzam perante terceiros, quando decorrentes de violação dos direitos a que alude o nº 1 da presente cláusula, devendo indemnizar o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER de todas as quantias que, em consequência, haja de suportar, seja a que título for.

Cláusula 9.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. Cessando o presente contrato, seja qual for a causa, o adjudicatário obriga-se a devolver ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, todos os elementos de informação de que disponha e a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato, e que se encontrem em qualquer tipo de suporte, documental, informático ou outros.

Cláusula 10.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor (se aplicável).
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos de licenciamento, serviços e manutenção das integrações com os diversos sistemas, incluindo os sistemas em exploração no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER e a interligar com a solução proposta, assim como, quaisquer encargos decorrentes de marcas registadas, patentes ou licenças,

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
4. Todas as faturas deverão respeitar os procedimentos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

ARTIGO 13.º

Inexigibilidade de prestação de caução

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 43.º do *Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro* (Regime Jurídico dos Contratos Públicos na RAA), não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 14.ª

Regime de penalidades

1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a)- Pelo incumprimento das datas e prazos de implementação da solução adjudicada objeto do contrato, até 10% do valor global do contrato, por cada semana de atraso que se verificar nos prazos fixados; no caso do atraso ser inferior a uma semana, a penalidade será deduzida de forma proporcional;
- b)- Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica e manutenção, até 15% do valor global do contrato;
- c)- Pelo incumprimento da obrigação de prestação de formação, até 10% do valor global do contrato por cada semana de atraso; no caso do atraso ser inferior a uma semana, a penalidade será deduzida de forma proporcional.



- 2-** Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 15% do valor global do contrato.
- 3-** Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do nº 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 4-** Na determinação da gravidade do incumprimento, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 5-** O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6-** As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.ª

Força maior

- 1.** Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração da adjudicação e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
- 2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3.** Não constituem força maior, designadamente:
- a)-** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b)-** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupo de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c)-** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d)-** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e)-** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f)-** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g)-** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratualizadas afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, pode resolver o contrato de fornecimento, a título sancionatório, no caso do adjudicatário violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a)- Atraso, total ou parcial, na implementação da solução objeto do contrato superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b)- Cessão da posição contratual sem autorização da entidade contratante;

c)- Se ocorrer no início da fase jurisdicional de um processo de falência ou insolvência, ou de um processo com fins análogos, relativamente ao adjudicatário.

3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

a)- Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 (sessenta) dias, desde que a mesma não tenha sido objeto de reclamação;

b)- O montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 18ª.

3. Nos casos previstos na alínea a) do nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo da sede da entidade contratante, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo sábados, domingos e feriados.

Cláusula 21.ª

Tratamento de Dados Pessoais

O tratamento de dados pessoais pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER é realizado em cumprimento do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados* (RGPD), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Cláusula 22.ª

Gestor do contrato

Em conformidade com o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo 290º-A do mesmo diploma legal, fica designado como Gestor do Contrato, o Diretor do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, Eng. Francisco Raposo.

Artigo 23.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo *Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro*, alterado e republicado pelo *Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto*, e com alterações introduzidas pela *Lei nº 30/2021, de 21 de maio*, bem como todas as regras especiais previstas no *Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro*.

ANEXO I

Especificações técnicas da solução a implementar **(a que se refere a cláusula 1ª do Caderno de Encargos)**

1- Introdução

Pretende-se dotar o HSEIT de Sistema de Atendimento ao Utente, permitindo uma melhor gestão da afluência dos utentes aos balcões administrativos e dos fluxos de atendimento nas diversas áreas clínicas afetas à consulta externa.

2- Objetivo

Pretende o HSEIT disponibilizar pontos de contato multimédia com os utentes, como ponto do primeiro contato com os utentes que se dirigem ao atendimento para a consulta externa e colheitas para análise laboratorial. Para alcançar a gestão transversal do atendimento nestas áreas, é fulcral que a gestão do atendimento interaja com os sistemas administrativos e clínicos, de forma a que a interação dos diversos profissionais nos fluxos de atendimento, seja transversal.

3- Especificações funcionais

Como primeiro ponto de contato com o utente na área da consulta externa, deverão ser instalados dois (2) pontos de atendimento multimédia, com capacidade de configuração dos atendimentos disponíveis para os utentes e promovendo a otimização que permita ao HSEIT:

- Conhecimento dos utentes presentes;
- O encaminhamento do utente nos fluxos internos;
- A gestão do atendimento nos vários locais e intervenientes;
- Otimizar o custo de recursos para a gestão do atendimento;
- Automatizar os processos de rotina;
- Transmitir uma imagem de inovação e melhoria no atendimento ao utente.

E que simultaneamente permita ao utente:

- Autonomia na admissão, através de plataformas distintas;
- Aceder à informação necessária nas várias zonas do Hospital;
- Maior agilidade no atendimento.

A solução deverá permitir do ponto de vista funcional:

- O atendimento administrativo em balcão;
- O atendimento ao público no equipamento multimédia;
- O envio de SMS a informar o atos marcados e PIN de acesso específico a cada utente;
- Apresentação de conteúdos (painéis de chamada);

- Integração com soluções administrativas e clínicas em exploração no HSEIT.

3.1- Atendimento administrativo em balcão

O administrativo deverá ter disponível um conjunto de funções para uma melhor gestão do atendimento, onde salientamos a chamada de senhas:

- Chamar a próxima senha sequencial a atender;
- Chamar uma senha específica;
- Associar uma senha a um atendimento.

Esta solução deverá estar plenamente integrada com a solução de gestão hospitalar, para que os processos de atendimento possam ser geridos pelos administrativos de uma forma *user-friendly* e ágil.

3.2- Atendimento ao público nos pontos multimédia

A solução nos pontos multimédia de atendimento deverá permitir várias funcionalidades aplicacionais:

- Identificação do utente perante o HSEIT de forma automática e admissão para os atos marcados e com base na utilização do Cartão de Cidadão, ou do PIN enviado por SMS enviado em conjunto com o aviso de marcação ou do número do SNS;
- Disponibilizar senhas sequenciais para realização de ações específicas da receção;
- Disponibilizar a declaração de presença, integrado com o sistema de gestão hospitalar;
- Permitir que o utente valide os dados constantes na ficha de utente e que possa solicitar alteração dos mesmos, caso existam incorreções;
- Disponibilizar a indicação do número de pessoas que aguardam atendimento para o ato a que o utente se admite, com base na execução dos atos registados no sistema de Gestão Hospitalar;
- A solução deverá permitir a adequação gráfica dos ecrãs aplicacional à imagem do HSEIT.

3.3- Apresentação de conteúdos (painéis de informação)

A solução deverá disponibilizar funcionalidade para apresentação das chamadas dos utentes em monitores/televisores com as seguintes possibilidades:

- Chamada de Senhas para atendimento administrativo em balcão;
- Chamada de senhas para atendimento clínico;
- Chamada de senhas global;
- Área para visualização multimédia;

A par da informação das senhas, deverá permitir conteúdos lúdicos ou corporativos, tais como:

- Conteúdos estáticos, com possibilidade de reproduzir apresentações e vídeos efetuados no formato WMV e JPG;
- Gestão dos conteúdos com possibilidade de configurar a alternância dos conteúdos a apresentar;

- Broadcast com possibilidade de apresentar canais de televisão nos ecrãs de chamada por reprodução de fontes de streaming (as fontes de streaming serão a disponibilizar pelo HSEIT).

3.4- Integração com as soluções existentes no HSEIT

A componente de chamada da solução deverá estar plenamente integrada com as aplicações administrativas e clínicas do HSEIT, permitindo que cada grupo de profissionais efetue a chamada dentro do seu ambiente de trabalho.

A solução deverá ter a possibilidade de no momento da chamada pelo profissional clínico, apresentar a indicação da última localização conhecida do utente, com base nos processos de atendimento.

A solução deverá ainda prever a disponibilização de integração com outras soluções que o HSEIT venha a pretender no futuro, devendo essa integração ser baseada no protocolo HL7 na comunicação da admissão para o BUS HL7 do HSEIT, e deverá ser baseada em tecnologia REST para a API de chamada da senha por aplicações externas.

O concorrente deverá incluir na sua proposta todos os custos de licenciamento, serviços e manutenção das integrações com os diversos sistemas, incluindo os sistemas em exploração no HSEIT e a interligar com a solução proposta.

4- Assistência Técnica

O fornecedor deverá apresentar uma assistência técnica, considerando os dias úteis entre as 9h00-18h00.

5- Documentação Técnica

Após a conclusão da instalação fica o concorrente obrigado a fornecer a seguinte documentação:

- Manual de configuração;
- Documentação dos testes efetuados;